

Entrevista com Iberol (Sociedade Ibérica de Biocombustíveis y Oleaginosas)

João A. J. Rodrigues

Presidente

Com quality media press para Expresso / El Economista

Quality Media Press – A partir de que momento é que considerou que os biodiesel seriam um bom negócio?

R. – No início de 1998. Fiz algumas visitas nas minhas viagens de negócios, na Alemanha, visitei algumas fábricas de biodiesel, vi alguns projectos e até alguns inícios de projectos em Espanha. Nessa altura foi realizado em Lisboa um seminário onde foi encomendado um estudo ao INTI pelo governo, nesse estudo concluía que em Portugal não se podia fabricar biodiesel, as razões em que se baseavam é que a agricultura portuguesa não estava interessada em produzir oleaginosas e que a indústria de extracção de óleos não tinha dimensão.

Q. – Em que negócio estava a operar na altura?

R. – Eu estava no trading de farinhas oleaginosas e fabricava alguma farinha de soja. Por esta razão fui assistir a esse seminário que decorreu.

Q. – O que ficou a pensar depois do seminário?

R. – Nessa altura pelas razões base que se conclui que em Portugal não era possível fabricar biodiesel eram as razões que me entusiasmam para entrar. Quando diziam que a agricultura não produzia eu podia importar, quando diziam que a indústria não tinha dimensão eu sabia que existia uma fábrica parada que era a Iberol que estava a venda e por um bom preço. Fiz um contrato com os bancos para explorar esta indústria que depois se transformou numa compra e assim podia ocupar o espaço na indústria de óleos que existia na altura em Portugal. Nessa altura fizemos um estudo económico, apresentamos ao governo e foi aprovado. Depois levou muito tempo a transpor a directiva comunitária. A directiva comunitária só foi transposta para Portugal em 2006. Este tempo todo foi um drama para nós porque programamos as coisas para uma determinada época e depois não podíamos trabalhar por atraso da transcrição da directiva.

Q. – Quando começaram a trabalhar finalmente?

R. – Começamos a trabalhar em Abril de 2006. Mesmo assim mesmo depois de transposta a directiva comunitária e de criar a própria lei de enquadramento portuguesa, de publicadas as portarias regulamentadoras, ainda hoje temos contenciosos para resolver porque há interpretações por parte das alfândegas e da lei, que são bizarras. Nós temos sido pioneiros, alias a isenção fiscal ao pioneiro (que em

Portugal se chama piloto, projecto piloto). Está em tribunal esta situação de o estado não pagar a isenção que na altura tinha sido dada por um ano.

Q. – Como se está a desenvolver o negócio da empresa?

R. – A Iberol foi até agora a única empresa deste país que cumpriu todos os quantitativos a que estava obrigada, a produzir e não produziu mais porque não teve volume suficiente para mais produzir pois temos capacidade superior. Porém este sistema de cotas em Portugal, que é um bom sistema se a lei for cumprida, o problema é que as duas portarias que regulamentaram a lei, elas próprias são ilegais, ou seja distorcem a lei que deveriam regulamentar. Enquanto a lei diz uma coisa, a portaria em alguns casos faz exactamente o contrario daquilo que a lei diz. Também fomos obrigados a colocar essas questões em tribunal. Isto tem sido bastante penalizado, porque assim Portugal nunca conseguiu atingir as metas a que se propôs. Porque? Porque atribuíram cotas a empresas que não tinham contratos de fornecimentos com as petrolíferas. As petrolíferas depois não tendo contrato não se sentiram obrigadas a comprar a essas empresas que tinham cotas. Nós temos contrato e não temos cota. A lei previa isto, a lei indicava que fossem atribuídas cotas as empresas que tinham contrato, mas a portaria regulamentadora distorceu isto totalmente. Progredir nesta situação em que a lei diz uma coisa, as portarias regulamentadoras distorcem, é um drama. Resultado nunca se ultrapassou mais do que 60% daquilo que se podia ter feito.

Q. – Qual o volume de facturação?

R. – Nós facturávamos 150 milhões de euros, mas com as novas regras cada vez facturamos menos.

Q. – Que outros negócios tem?

R. – Nós tínhamos comprado uma fábrica de rações e que resolvemos vender quando entramos no biodisel. Actualmente estamos no biodisel e nas farinhas. Nós temos a nossa produção de óleos, como o de soja, de girassol.

Q. – O mercado ibérico é importante para a empresa?

R. – Na realidade pelo sistema de impostos, pelas diferenças que existem nos dois países não há um mercado único. Sempre que há impostos metidos no meio há competição de impostos e normalmente Espanha ganha. Eu entendo que em termos fiscais a Espanha conquistou 50 km dentro da fronteira portuguesa. No caso do biodisel em Portugal há cotas, o que impede a importação de biodisel. Em Espanha não há cotas, pode importar biodisel e recebe na mesma a redução do imposto. As diferenças entre o modo como Espanha vê a directiva comunitária e diferença como Portugal a vê. A directiva comunitária também esta muito bem, do meu ponto de vista, porque diz o seguinte, criação de novas oportunidades para a agricultura, criação de riqueza, nos campos criou fixação de população, criação de emprego nas industrias transformadoras. Nós não temos possibilidade de competir com a argentina ou com os EUA que subsidiam

o óleo, mas podemos fabrica-lo cá e mediante um sistema interno de imposto podemos viabilizar as extracções de óleos em Portugal. Se nós produzirmos localmente não temos de transportar e há menos emissões de CO2 e o biodisel reduz as emissões em cerca de 65%.

Q. – Como gostaria de ver a Iberol dentro de 3 anos?

R. – Se formos pessimistas dentro de 3 anos vamos estar todos falidos e miseráveis na rua, mais não vai ser assim. Também podemos ser optimistas e dizer que a crise passou e que daqui a 3 anos somos os melhores do mundo, não vai ser assim. Vamos dizer que vai haver dificuldade mas que a economia não vai morrer e que os grandes em particular a área financeira levou uma grande lição e não esquecer-se dela, isto é, a função da banca não é ganhar dinheiro através da especulação. Esperemos que os banqueiros, os reguladores proíbam definitivamente os banqueiros de sair da sua missão. Eu admito que as coisas vão mudar e que o nosso benefício fiscal será o valor das nossas economias em emissões de CO2 e também aquilo que nós conseguimos contribuir para o desenvolvimento dos respectivos países. Penso que haverá uma harmonização fiscal neste campo que impeça que os estados criem um desenvolvimento falso através de impostos falsos. Espero que dentro de 3 anos, não vamos aumentar a nossa capacidade produtiva, estaremos a fazer as nossas 150 mil milhões de litros, equivalente a mais 60%, a nossa margem vai ser menor do que aquela que temos agora. Penso também que haverá um maior equilíbrio entre os interesses das grandes corporações entre as petrolíferas com os produtores de biodisel.

Q. – Que mensagem final gostaria de deixar aos leitores?

R. – O biocombustível é o futuro em termos de redução do consumo de petróleo. A agricultura da Europa tem muito para caminhar na produção de oleaginosas, ou seja na criação de riquezas nos países e evitar a importação ao máximo possível. A minha mensagem é de esperança no futuro baseado no trabalho sério e na criação de riquezas, não na criação de valor para o accionista.